NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP
COMPANHIA FECHADA
CNPJ N.º 42.515.882/0001-78
NIRE N.º 33300115765

COMITÊ DE AUDITORIA
ATA DA 198ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL:

Reunião realizada no dia 10 de setembro de 2026, com início às 09:00 horas, na sala de reuniões da Presidência, na Sede da Nuclebrás Equipamentos Pesados – S.A. - NUCLEP, situada na Av. das Américas, 3.500, Bloco 01, sala 613, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ.

2. PRESENÇA:

Participaram da reunião os membros do Comitê de Auditoria da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, tendo todos sido comunicados e convocados previamente.

3. MESA:

Presidente: Luciano Campos Frade
Membro: Luís Odair Azevedo Gomes Raymundo
Membro: Francisco Clerton Ramos Barreto
Secretária: Nathalia Horta da Costa Justo

4. ABERTURA:

A reunião foi iniciada com o quórum requerido pelos normativos legais, de acordo com as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

5. ORDEM DO DIA:

I – Acompanhamento das recomendações expedidas pelo Conselho de Administração na 203ª RCA;

II – Relatório de Riscos Operacionais – 1º Semestre de 2026;

III – Alterações no Regulamento e no Convênio de Adesão do Plano CD-Nuclep;

IV – Implementação dos módulos referentes ao ERP Benner; e

V – Análise de denúncia recebida no canal de denúncias do Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES:

I – Em cumprimento à Ordem do Dia, o Comitê de Auditoria da NUCLEP (COAUD) reuniu-se com o Presidente da Companhia, Sr. Adeilson Telles, com a Gerente-Geral da Presidência, Sra. Marília Baracat, com o Auditor-Geral, Sr. Eduardo Airoldi, com a Gerente de Planejamento Estratégico, Sra. Tatiane Oliveira, e com o Gerente de Gestão de Riscos, Sr. Gustavo Pereira, que apresentaram o Plano de Sustentabilidade Financeira e Geração de Valor da NUCLEP, em atendimento às recomendações expedidas pelo Conselho de Administração na 203ª Reunião do Conselho de Administração.

Na oportunidade, foram apresentadas as ações realizadas no primeiro semestre, bem como os avanços em relação ao atendimento das demandas apresentadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como: a implantação de controles gerenciais e métricas de desempenho auditáveis; a implementação da Política de Patrocínio; a reestruturação da área financeira, com a segregação de funções e o fortalecimento do controle de custos; e a renegociação comercial com clientes estratégicos, visando à regularização de pendências e à melhoria do fluxo de receitas. Essas ações também visam ao atendimento das recomendações expedidas pelo Conselho de Administração (Ata 203ª.).
O Presidente da Companhia enfatizou que o Plano de Ação apresentado está direcionado à busca de soluções, ressaltando que os problemas identificados deverão ser tratados à luz das diretrizes e dos regramentos da NUCLEP. Em complemento, o Sr. Eduardo Airoldi informou que o trabalho apresentado pela NUCLEP ao TCU foi bem recepcionado pelo órgão.
Ato contínuo, a Sra. Marília Baracat informou que o plano elaborado para atendimento das demandas foi estruturado em eixos relacionados à sustentabilidade e geração de valor, otimização da governança, qualidade, prazos e logística, além de articulação institucional e inovação. As iniciativas contemplam, entre outros aspectos, a redução gradual da dependência de recursos do Orçamento Geral da União, a reorganização de processos internos e o fortalecimento das relações comerciais.
Na sequência, a Sra. Tatiane Oliveira apresentou os planos de ação estruturados para a sustentabilidade econômico-financeira, conversão do "pipeline" comercial, gestão do capital humano, articulação institucional, captação de recursos de fomento e atuação como ICT, modernização informacional, riscos e controles internos, unificação dos indicadores estratégicos e expansão do portfólio de serviços de engenharia e tecnologia comercializáveis. Entre os principais objetivos apresentados, destacaram-se a ampliação das receitas próprias, o fortalecimento dos controles internos e da gestão de riscos, a integração dos sistemas corporativos, a preservação do conhecimento técnico, a captação de recursos destinados à inovação e a diversificação das fontes de receita.
Ao final, o COAUD sugeriu que, ao submeter ao Conselho de Administração os resultados das ações corretivas implementadas, a apresentação foque, principalmente, nos aspectos que foram objeto de apontamento da Ata da 203ª RCA, preferencialmente correlacionando cada apontamento com sua respectiva providência. O Comitê agradeceu a participação de todos os envolvidos.

II – Dando prosseguimento ao cumprimento à Ordem do Dia, o COAUD reuniu-se com o Gerente de Gestão de Riscos, Sr. Gustavo Pereira, que apresentou o Relatório de Riscos Operacionais referente ao 1º semestre de 2026, contemplando as atividades desenvolvidas no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos (ERM), incluindo os riscos de comunicação interna e externa, riscos operacionais, de processos, compras e contratações, propostas comerciais, macroprocessos relacionados à ISO 9001:2015, riscos estratégicos e riscos de integridade. Foram, também, abordadas as análises relacionadas aos fatores políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais, bem como às forças competitivas consideradas na avaliação dos riscos estratégicos da Companhia.
No tocante às recomendações do Conselho de Administração, expedidas na 203ª RCA, sob acompanhamento da Gerência de Gestão de Riscos, foram destacados o aprimoramento da gestão de contingências e da matriz de riscos, inclusive quanto aos critérios de mensuração de provisões, em consonância com o CPC 25; o aumento da transparência das informações gerenciais; o aprimoramento da mensuração e divulgação da sustentabilidade econômico-financeira; a elaboração de planos de ação para metas não cumpridas; a revisão dos indicadores de desempenho; e o fortalecimento da vinculação entre riscos e seus impactos financeiros e estratégicos.
Foram apresentados os planos de ação destinados à revisão da Matriz de Riscos Estratégicos, da Matriz de Riscos da Gerência Geral Financeira e da Matriz de Riscos da Gerência de Inteligência Competitiva, além do cronograma de implementação, das atividades relacionadas ao sistema ERM e do acompanhamento dos riscos operacionais. O Comitê **RECOMENDOU** que: (i) o Auditor-Geral, Sr. Eduardo Airoldi, participe da próxima apresentação da Gerência de Gestão de Riscos; (ii) o Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos (ERM) seja apresentado ao Conselho de Administração; e (iii) a Diretoria Executiva promova a disseminação do referido sistema junto aos gestores sob sua subordinação.

III – Dando continuidade ao cumprimento da pauta, o Comitê reuniu-se com a Presidente do Conselho Deliberativo do NUCLEOS, a Sra. Maristela Aguiar, que apresentou a proposta de alterações no Regulamento e no Convênio de Adesão do Plano CD-NUCLEP, formulada pelo NUCLEOS, com o objetivo de adequação às Resoluções CNPC nº 50/2022 e nº 60/2024. Foi contextualizado que a proposta já havia sido aprovada pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS e pelo Conselho de Administração da NUCLEP, tendo o processo sido, posteriormente, encaminhado ao Ministério de Minas e Energia – MME e à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que solicitou complementação da documentação, especificamente quanto ao Plano CD-NUCLEP, incluindo a manifestação deste Comitê.
Em relação ao Regulamento, foram apresentadas alterações relativas às contribuições voluntárias e adicionais, critérios de elegibilidade, resgate e portabilidade e transferência de participantes, esclarecendo-se que tais modificações não implicam novo desembolso para a patrocinadora. Quanto ao Convênio de Adesão, destacou-se a instituição da inscrição automática para novos empregados, bem como ajustes relacionados ao autopatrocínio flexível e às contribuições voluntárias. A inscrição automática foi apontada como a única alteração que gera nova obrigação e desembolso para a patrocinadora, sendo aplicável exclusivamente aos empregados admitidos após a entrada em vigor da medida, com contribuição básica mínima de 6% do Salário Base e possibilidade de desistência no prazo de até 120 dias, com restituição integral das contribuições.
Foram, ainda, apresentados os pareceres jurídico, atuarial, orçamentário e de riscos, os quais, de forma consolidada, apontaram para a viabilidade da proposta, observada a necessidade de monitoramento da inscrição automática. Ressaltou-se, contudo, que as projeções permanecem sujeitas a alterações decorrentes da dinâmica do quadro funcional, da disponibilidade de dotação orçamentária prevista na LOA, sujeita a cancelamentos e contingenciamentos, e das condições econômico-financeiras da Companhia, permanecendo necessária a contínua avaliação do cenário orçamentário no âmbito do País, do Ministério de Minas e Energia e da NUCLEP.
Registrou-se, por fim, que a manifestação do Comitê integra a documentação complementar necessária à continuidade do processo, que seguirá para reenvio à SEST e posterior submissão à Previc.
Após a análise procedida, o Comitê **CONCLUIU** que os documentos apresentados fundamentam adequadamente a proposta de alterações no Regulamento e no Convênio de Adesão do Plano CD-NUCLEP, em atendimento às Resoluções CNPC nº 50/2022 e nº 60/2024, não identificando óbices para o prosseguimento do processo. Ressalva-se a necessidade de acompanhamento da inscrição automática, em razão dos impactos decorrentes para a patrocinadora. Foi elaborada a Manifestação nº 1/2026, que consolida o entendimento do Comitê quanto à matéria e que passará a integrar a documentação necessária ao prosseguimento do processo junto à SEST e à Previc.

IV – Prosseguindo no cumprimento da Ordem do Dia, foi chamado a participar da reunião o Gerente-Geral de Tecnologia e Inovação, Sr. Filipe Costa Pereira, que iniciou apresentando uma breve síntese de sua trajetória acadêmica e profissional. Em seguida, apresentou a estrutura da Gerência Geral de Tecnologia e Inovação, composta pela Gerência de Infraestrutura e Serviços de TIC, Assistência de Segurança da Informação e Assistência de Transformação Digital, bem como as principais ações em desenvolvimento na área. Entre as iniciativas destacadas, encontram-se a criação da equipe de ciência de dados e inteligência artificial, a introdução de infraestrutura destinada ao processamento de grandes volumes de dados (Big Data), o incentivo à adoção de uma cultura orientada a dados, a implantação de ferramentas de automação e otimização de fluxos de trabalho e o prosseguimento do aperfeiçoamento do sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*) da Companhia.
Dando continuidade à apresentação, foi demonstrada a situação da implementação dos aprimoramentos do ERP Benner, com destaque para o estágio de implantação dos módulos relacionados à gestão de custos. Informou-se que os módulos SPED, Suprimentos, Contratos, Tributos, Materiais, Comercial e Orçamento encontram-se concluídos, contemplando, entre outras funcionalidades, obrigações fiscais, gestão de fornecedores e compras, gestão contratual, apuração de tributos, controle de materiais, faturamento, orçamento público e relatórios gerenciais. Quanto aos módulos ainda em implementação, foi informado que o Módulo Ativo se encontra com 60% de execução, restando pendente a realização do teste de *impairment,* com previsão para outubro de 2026. O Módulo Financeiro apresenta 80% de execução, permanecendo pendente a integração com o SIAFI,

igualmente prevista para outubro de 2026. Já o Módulo Contábil encontra-se com 20% de execução, estando concluído o Plano de Contas e ainda pendentes os lançamentos contábeis, balancetes, contabilização, demonstrações, relatórios e integração com o SIAFI. Concluída a apresentação, o COAUD agradeceu a participação do Gerente-Geral de Tecnologia e Inovação.

V - Finalizando a pauta, foi registrado o recebimento de E-mail, com o assunto "Notificação Formal ao CONSAD/COAUD – Indícios de Antieconomicidade e Substituição de Concursados por Terceirizados (IC MPT nº 006890.2019.01.000/4-13)". A citada notificação foi recebida por meio do Canal de Denúncias do COAUD e registrada na plataforma Fala.BR, sob o nº 01237.000126/2026-11, tendo sido prontamente encaminhada à área jurídica e à Ouvidoria, órgãos competentes do tema em questão, para análise e tratamento. A notificação foi analisada pela área jurídica, que emitiu o Parecer nº 008/2026/DCB/PJ/NUCLEP, que consignou não terem sido identificados indícios de irregularidades que demandassem apuração, considerando que a matéria já foi submetida à apreciação do Ministério Público do Trabalho e do Poder Judiciário.

Nada mais havendo a ser tratado para esta data, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata, que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada.

Luciano Campos Frade
Presidente
Documento assinado digitalmente
gov.br
LUCIANO CAMPOS FRADE
Data: 15/09/2026 07:25:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Luís Odair A. G. Raymundo
Membro
Documento assinado digitalmente
gov.br
LUIS ODAIR AZEVEDO GOMES RAYMUNDO
Data: 15/09/2026 08:10:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Francisco C. R. Barreto
Membro
Documento assinado digitalmente
gov.br
FRANCISCO CLERTON RAMOS BARRETO
Data: 15/09/2026 08:31:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nathalia Horta da Costa Justo
Assinado de forma digital por Nathalia Horta da Costa Justo
Dados: 2026.09.15 08:59:49 -03'00'

Nathalia Horta
Líder de Equipe de Desenvolvimento de Governança
Secretária da Reunião

Esta é a última página da Ata da 198ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria da NUCLEP